

O QUE FALTA VOTAR

A Constituinte está chegando ao fim do primeiro turno. Confira.

Para finalizar a votação do primeiro turno da Constituinte restam ainda cinco capítulos com 82 dispositivos. Há, porém, muitos impasses a serem superados:

Comunicação — Continua sem acordo a questão do direito de defesa do cidadão em relação a programas e comerciais que atentem à moral e aos bons costumes. Não há acerto também em relação ao novo Conselho de Comunicação e sua própria composição ainda é objeto de discussão. Segundo estabelecido até agora, o conselho seria integrado por todos os partidos, em proporções de suas bancadas.

Família, Criança, Idoso — Muitos pontos continuam em discussão. O principal é em relação ao divórcio: os evangélicos resistem à proposta de redução de três para dois anos do limite fixado para separação judicial. Não há acordo em relação aos menores, pois existe uma proposta quanto à imputabilidade penal a partir dos 19 anos; e há os que desejam reduzir tal limite para os 16 anos, alegando que esses jovens já têm o direito de votar. A limitação para o menor começar a trabalhar aos 14 anos também não foi fechada. Quanto aos idosos,

a Federação dos Aposentados promete para hoje uma manifestação em frente ao Congresso a fim de reivindicar um programa amplo de saúde e um reajuste igual aos novos aposentados. Quanto à licença-paternidade, os homens do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados lançaram ontem um manifesto em defesa do novo benefício, que vem sendo combatido pela União dos Empresários Brasileiros. "Nós achamos que esse custo adicional se anula, se comparado com o ganho social de avanço nas relações entre pai, mãe e filho na construção da nova sociedade", analisa César Telles, assessor do sindicato.

Ciência e Tecnologia — Acordo fechado. Não são esperadas surpresas: o principal ponto, reserva de mercado, ficou para definição em legislação ordinária. Além disso, a definição sobre empresa nacional, que poderia influir neste capítulo, já foi decidida na Ordem Econômica e Financeira.

Meio Ambiente — Há três pontos de divergências. A primeira é sobre a preservação do meio ambiente, que o Centrão

insiste caber só ao Estado, mas que a Sistematização estende o dever à coletividade. Na questão do estudo sobre impacto ambiental, que deve ser realizado quando cada grande obra vai começar, a Sistematização quer que esse mesmo estudo seja tornado público, enquanto o Centrão exime a empresa dessa obrigação. O terceiro ponto é a recomposição da área afetada pelas empresas de mineração, quando há exploração. A Sistematização obriga a recomposição; o Centrão se omite.

Índios — Último capítulo a ser votado: há problemas na caracterização do índio, delimitação e exploração de suas terras. O questionamento é se o aculturado continuará ou não como índio e se os silvícolas nômades teriam direito total sobre as terras por onde passassem a se estabelecer por tempo indeterminado. Na sessão de ontem, que foi suspensa por falta de quórum, as matérias que seriam votadas ontem foram transferidas para hoje. A sessão se arrastou por uma série de discursos sobre assuntos secundários. Mas não houve tempo e não se conseguiu atingir os 280 parlamentares necessárias.